

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 51

Aos vinte e três dias do mês de Abril, do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em primeira reunião da Sessão ordinária de Abril, sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais Antônio Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos, com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, José Luis de Albuquerque Christo, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Eduardo Antônio Ramalheira, Maria Helena Dias Camelo, Antônio Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Domingos Simões Maia, João Pereira Soares, Antônio Manuel de Almeida Alves, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Maria Antônia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Antônio José Valente, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Jaime Rodrigues Machado, Antônio Correia Marques da Silva, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugênio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Antônio Ferreira da Silva, Manuel Gaspar Fernandes.

Pelas 21.00 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Francisco José Ferreira de Carvalho, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Antônio Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Fernando da Conceição Mendes, Maria Fernanda Neves, Ester da Conceição Rocha Martins, Fernando Queirós de Almeida e Silva, Silvério Conde Teixeira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Manuel Simões Madail, João Gamelas da Silva Matias, Celestino Alberto dos Santos Antunes.

De imediato, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos Vogais, Fátima Cardoso de Faria, Rui de Brito, Carlos Barros, Silvério Conde Teixeira, Manuel Rodrigues Simões, Celestino Alberto Antunes, Maria Fernanda Neves, e Antônio Rocha Andrade, que foram aceites e

F. Silva
Paulo

consideradas justificadas as respectivas faltas.

Deu, ainda, nota do pedido de suspensão do mandato, pelo período de 180 dias, apresentado pelo Vogal António Manuel Carvalho Serra Granjeira, por motivo, do cumprimento do serviço militar obrigatório, o qual mereceu aprovação do Órgão Colegial.

Ainda no uso da palavra, o Presidente submeteu à votação a acta nº. 44, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Submeteu, ainda, à votação a acta nº. 45 tendo merecido aprovação por vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Carlos Vicente Ferreira.

Imediatamente a seguir deu-se início ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, tomando a palavra o Vogal José Luis Cristo para manifestar o seu regozijo por se terem registado diversos factos a que ninguém pode estar alheio, nomeadamente no que se refere à criação da Associação de Municípios em ordem à defesa e preservação da ria, ao início das jornadas da Ria de Aveiro e, ainda, no que se refere à recente inauguração do Centro de Investigação das Pescas que funciona como delegação do Instituto Nacional de Investigação das Pescas, para apoio ao desenvolvimento da piscicultura na vastíssima área lagunar da região de Aveiro.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Rui de Brito.

Também no uso da palavra, o Vogal Correia da Silva começou por realçar os cuidados e atenções que a PSP tem dedicado à zona da Avenida 25 de Abril, nomeadamente junto dos estabelecimentos de ensino e dos semáforos ali implantados, realçando, ainda, que, graças aos melhoramentos que ali têm sido efectuados, aquela zona começa a demonstrar e a ser uma das zonas melhor concebidas de Aveiro, alargando o seu voto para que aqueles melhoramentos sejam rapidamente concluídos.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal, reportando-se à existência do poder local democrático e à sua inevitável autonomia, assinalou a passagem de mais um aniversário do " 25 de Abril ", marco que possibilitou ao povo português assumir-se na sua plenitude, quer cívica, quer política, quer cultural, apresentando, à mesa, a seguinte moção: " Passam no próximo dia 25 onze anos sobre a data histórica do derrube do fascismo em Portugal. Tal evento possibilitou ao povo português o assumir-se na sua plenitude cívica cultural e política. Foi o 25 de Abril a semente donde brotaram as árvores do poder local democrático e representativo, por todo o país plantadas. Assim considerando que: - Constituiria um acto de ingratidão não relembrarmos aqui essa data memorável; - É importante, para o

Manoel . 3 .
de

poder local, manter acesa a chama do 25 de Abril; É necessário preservar e reforçar esse mesmo poder local. A Assembleia Municipal de Aveiro reunida em 23-4-85 decide congratular-se pela passagem próxima, em democracia, ^{de} mais um aniversário do 25 de Abril, e deixar expressa sua vontade de lutar pela preservação da autonomia autárquica, flôr nascida com Abril, e perseguir os objectivos de construção duma sociedade mais justa e mais fraterna onde o direito ao trabalho remunerado, à assistência ou doença, ao acesso à cultura, etc, não sejam palavra vãs".

Também no uso da palavra, o Vogal Ulisses Manuel Pereira começou por salientar que as questões que irá colocar, embora aparentemente possam ser consideradas de somenos importância, constituem um daqueles vetores que, no seu conjunto, definem uma qualidade da vida de uma cidade, uma forma mais agradável de estarmos uns com os outros.

Assim, começou por salientar o estado degradado em que se encontram as artérias da cidade, considerando que a situação, em alguns casos, atingiu pontos absolutamente alarmantes pois que, para além da demora em determinado tipo de obras, o problema da reposição de pavimentos assume uma acuidade cada vez mais importante. Uma outra situação que por diversas vezes tem sido alvo de reparos, está ligada à problemática da sinalização semafórica, nomeadamente quanto às suas frequentes avarias e à demora da sua reparação, situação que se torna um tanto mais grave quanto ocorre em zonas de maior fluxo de trânsito.

Ainda no âmbito da problemática ligada ao trânsito e nomeadamente no que concerne à mensal "feira dos 28" e à sua localização entende que, independentemente do louvor que atribui à Câmara na acção desenvolvida no sentido da abertura de uma via de penetração de trânsito na cidade através da passagem inferior da Forca, obra que se torna absolutamente indispensável para a cidade, é incompreensível que, para além de se manter fechada ao trânsito uma vez por mês, se tenha permitido a realização da "feira dos 28" num período coincidente com a "Feira de Março", certame que se pretende prestigiar. Alertou, ainda, a Câmara para serem tomadas diligências no sentido de serem encontradas soluções para o indisciplinado trânsito que aflui à chamada "Ponte de Pau".

Abordando, de imediato, a área da habitação, aquele Vogal alertou a Câmara Municipal para as situações pouco dignificantes que, em consequência da demora que se está a processar na entrega das casas de habitação social do empreendimento de Santiago, ali têm ocorrido, situação que urge reparar.

Ainda no uso da palavra, o mesmo Vogal teceu alguns elogios à Câmara Municipal pela forma como se está a arborizar o prolongamento da Avenida Artur Ravara, actividade que se integra na preservação dos espaços verdes, temã-

Thurley
Aut

tica que a bancada do PSD tem defendido, daí o seu elogio ao serviço que a Câmara está a prestar ao Município.

Embora considere/^{que}a questão que colocou de imediato não esteja no âmbito das competências do executivo camarário, aquele Vogal entende que os Órgãos Autárquicos dever-se-ão pronunciar sobre o espectáculo degradante que diáriamente se observa na E.N. 109, junto da Fábrica de Azeites Marialva, no meadamente no que se refere aos actos declaradamente de prostituição, situação contra a qual urge fazer algo, devendo os Órgãos Autárquicos denunciar a sua existência para que se possa preservar a imagem que a cidade de Aveiro tem mantido desde há longos anos.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal deu nota dos anseios da população da Freguesia de Esgueira no sentido da reabertura do posto médico e solicitou o empenho e apoio possível da Câmara para as diligências que para o efeito não deixará de efectuar a nova direcção da Casa do Povo de Esgueira que, composta na sua maioria por militantes e simpatizantes sociais democratas, deveu em grande parte a sua vitória ao facto de ter considerado a referida reabtura como prioritário no seu raio de acção.

Iniciando a sua intervenção, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo formulou, tanto em seu nome pessoal como no da sua bancada um voto de pensar pela morte do Presidente do Brasil, Tancredo Neves, fazendo votos para que aquele país, ao qual o nosso está ligado por laços históricos e familiares, consiga encontrar um caminho e uma solução que não se afaste dos ideais democráticos defendidos pelo Presidente agora falecido.

Abordando, de imediato, questões do âmbito local, aquela Vogal solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto da situação no concernente à distribuição das casas da urbanização de Santiago, nomeadamente das que se inserem no âmbito de reservas e realojamentos para as urgências morais, dada a pressão de que tem sido alvo.

Relativamente à protecção de peões, nomeadamente e especialmente das crianças que frequentam o Ciclo Preparatório de Aveiro e que para ali se dirigem utilizando as vias de acesso situadas junto do Hospital, aquela Vogal alertou a Câmara Municipal para a necessidade imperiosa de serem criadas condições de segurança tendentes a minimizar os perigos porque crianças, reconhecendo embora que o local referido seja uma zona de trânsito difícil.

Ainda no que se refere à problemática do trânsito, aquela Vogal entende/^{que}deveria a Câmara estabelecer uma uniformidade da criterios de prioridade nas praças da cidade por se verificar que nas várias praças existentes o

critério de prioridade não está uniformizado.

De imediato, aquela Vogal, salientando a preocupação que deve estar subjacente à actividade dos Órgãos Autárquicos no que concerne aos problemas existentes nas freguesias, nomeadamente as rurais, alertou quer a Câmara quer a Assembleia Municipal para uma questão surgida na freguesia de Nariz e que se prende com actos que tem preocupado as populações locais, pois que foi encerrado um caminho público, denominado por "caminho da ponte e de igreja" sem que para o efeito se encontrem razões lógicas, nem tão pouco tenham sido prestados esclarecimentos solicitados por um membro da Assembleia de Freguesia de Nariz nem dado conhecimento à própria Assembleia de Freguesia.

Assim, considerando que foi desrespeitada a Lei, considerando que as populações se manifestaram contra a situação, por ilegal, aquela Vogal alertou a Câmara para a sensibilidade do problema que poderá, eventualmente, redundar em violência, aconselhando uma revisão às decisões formadas no aspecto técnico pela Câmara por forma a que seja reposta a verdade dos factos.

Concluindo a sua intervenção, aquela Vogal teceu alguns comentários relativamente aos custos da energia eléctrica que, sendo considerado um bem necessário e indispensável para o bem-estar das populações, deixa de o ser face aos elevados encargos resultantes do seu consumo. Assim e embora a sua temática não se insira no âmbito das competências da Câmara Municipal, entendeu alertar a Assembleia no sentido de sensibilizar as entidades competentes para que sejam revistos os preços da energia eléctrica.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Lúcio de Jesus Lemos.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Paciência começou por corroborar as considerações tecidas pelo Vogal Ulisses Manuel Pereira no que respeita ao mau estado de conservação das artérias da cidade, tornando extensivas aquelas considerações à E.N. 109 (variante). Alertou, ainda, o executivo camarário, para que sejam tomadas providências no sentido da revisão das placas indicativas dos nomes das ruas da cidade por se verificar que há algumas situações em que ainda não foram feitas as modificações resultantes da atribuição de novos nomes a diversas ruas antigas, bem como alertou para a necessidade de serem tomadas medidas quanto à implementação dos números de política dentro de cada artéria.

Iniciando o período de esclarecimentos, o Presidente da Câmara atribui o mau estado do piso das artérias da cidade ao rigoroso inverno que se tem feito sentir e, ainda, resultante às obras levadas a cabo pelos CTT e pela EDP, adiantando que serão iniciadas as obras de recuperação assim que as con



dições climatéricas o permitam.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Rocha Andrade, Helder Filipe e Carlos Candal.

Relativamente às questões colocadas sobre a realização simultânea da "Feira dos 28" e da "Feira de Março" o Presidente da Câmara referiu que, embora se tenha aventado a hipótese de que não seria realizada a "Feira dos 28" no mês de Março, correr-se-iam graves riscos, nomeadamente a realização de uma feira clandestina e eventuais confrontos com a PSP.

No que reporta às soluções para o trânsito que converge para a "Ponte de Pau", salientou que as suas condições poderão ser eventualmente melhoradas quando se proceder à abertura de uma nova artéria na continuação da Passagem Inferior da Forca, embora tal solução levante alguns problemas por o seu percurso afectar as instalações do parque-auto dos Serviços Municipalizados, considerando porém ser urgente transferir aquele parque-auto para uma área periférica à cidade por várias razões, nomeadamente a já referida.

Reportando-se ao problema da habitação e concretamente no que se refere à distribuição das casas de Santiago informou que o seu atraso se verifica pelo facto de terem surgido centenas de reclamações e haver necessidade de se proceder a inquéritos sobre as mesmas tecendo ainda algumas considerações acerca do procedimento que a Câmara entendeu aplicar.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que, quando a situação se tornou bastante grave, foram encetadas diligências junto da PSP no sentido de ser dedicada maior vigilância à variante para que fosse impedida a prática de prostituição naquela e zona e, desse modo, preservar a imagem desta cidade. Quanto à reabertura do posto médico de Esgueira manifestou a sua incompreensão para o facto de ter sido encerrado o referido posto e terem sido alegadas, por parte do Estado, deficientes condições para o seu funcionamento, quando existe um edifício novo ^{para} ali ser instalado um posto médico com as melhores condições, pelo que entende não ter qualquer sentido o encerramento do de Esgueira, situação contra a qual a Câmara, por diversas vezes, tomou posição.

Fazendo alusão aos diversos problemas colocados no âmbito da sinalização do trânsito, deu nota das alterações que irão ser introduzidas no esquema viário junto do Hospital, onde, paralelamente com outras áreas, serão implantadas passadeiras para peões bem como demonstrou receptividade para que a Câmara, através do seu Pelouro do trânsito, pudesse vir a estudar, de um modo mais uniforme, o esquema viário das praças existentes.

Concluindo a sua intervenção, o Presidente da Câmara sa-

Handwritten signature and initials . 7 .

lientou que o problema existente na Freguesia de Naríz, acerca do qual se pronunciou a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, é tema abrangido pelo foro judicial, pois que, no que se refere ao licenciamento da construção do muro numa propriedade privada a Câmara procedeu dentro dos trâmites legais.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal António Henriques Sancho.

Imediatamente a seguir, e após se proceder à leitura da moção apresentada pelo Vogal António Correia da Silva, o Presidente submeteu-a à votação para a admissão tendo-se verificado que, pelos resultados da votação, (trinta e dois votos a favor e duas abstenções) a moção foi admitida para discussão.

Submetida, então, à discussão do plenário e não se tendo verificado qualquer intervenção, o Presidente submeteu-a à votação tendo sido aprovada com trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Encerrado o período de antes da ordem do dia, deu-se início à ORDEM DE TRABALHOS.

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: - Iniciando a sua comunicação, o Presidente da Câmara começou por abordar a problemática inerente ao volte-face verificado na filosofia do aproveitamento da Fábrica Jerónimo Pereira Campos e Filhos, informando que, dos termos do acordo que está praticamente concluído, resulta a transferência da totalidade do edifício para a Secretaria de Estado do Emprego construindo, em cerca de dois terços do edifício, o Centro de Formação Profissional, e a parte restante do edifício será entregue à Câmara, completamente recuperado, de acordo com o programa que a Câmara vier a elaborar, e que consistirá num Centro de Colóquios, Congressos e de Espectáculos, sendo considerado uma área de utilização polivalente, mas que o protocolo a celebrar será previamente submetido à apreciação desta Assembleia Municipal.

Deu, ainda, nota do início da demolição de todo o edifício da antiga Empresa E.C. Vouga, manifestando e agradecendo o empenhamento do Comandante da Região Militar do Centro, General Pires Tavares, no apoio que, através da engenharia militar, tem sido e continuará a ser prestado no sentido da demolição efectiva daquele edifício.

Manifestou, ainda, o empenhamento da Câmara no sentido da efectiva concretização do Acesso Central que, segundo informações técnicas, será o grande eixo distribuidor de trânsito e sem o qual se torna impossível regulamentar o trânsito e implementar zonas de trânsito só para peões.

Mais informou que, tendo a Câmara procedido à abertura de um concurso limitado para a realização da Central de Camionagem mas que, face às dúvidas que entretanto surgiram, não se procedeu à adjudicação do obra preven-do-se que, brevemente, será de novo aberto concurso mas de natureza pública dados os montantes orçados para a empreitada. Deu também nota do empreendimento que a Câmara pretende lavar a cabo no que respeita à implementação de um grande parque para os camiões de grande porte que será situado junto da zona industrial para o que já se procedeu à aquisição das parcelas de terreno necessárias para o efeito.

Ainda no uso da palavra, comunicou que já se procedeu ao arranque da empreitada da ligação da E.N. 109/7 à Avenida Artur Ravara referindo, contudo, alguns contratemplos surgidos no que respeita ao embargo da obra por parte de alguns proprietários, embora houvesse prévio acordo verbal entre a Câmara e os referidos proprietários de algumas marinhas de sal. A realização daquela obra tem directa ligação com o reinício das obras de acabamento da Avenida Artur Ravara, cuja paragem teve origem nas más condições atmosféricas que se têm feito sentir, cuja entrada em funcionamento ao trânsito possibilitará a retirada de circulação do trânsito pesado com destino às zonas do Porto Comercial das artérias in-ternas da cidade.

Fez, ainda, algumas referências quanto à urbanização de Sá-Barrocas, salientando que, contrariamente ao que se esperava, a urbanização está a ser conseguida com bastante êxito, destacando, ainda, a iniciativa a tomar no que respeita à abertura do primeiro arruamento da urbanização das Agradas.

No âmbito da problemática da habitação deu nota das iniciativas que a Câmara procura desenvolver, quais sejam a celebração de um contrato de desenvolvimento com Simofer para a construção de 258 fogos em Santiago, a abertura de um concurso para a construção de 64 fogos com o apoio do I.N.H., destacando encontrar-se praticamente concluído o processo que permita à Cooperativa CHAVE a construção do seu empreendimento habitacional nos terrenos de Santiago e que compreende a construção de cerca de 400 fogos.

Na sua longa comunicação, o Presidente da Câmara teceu considerações sobre diversos temas, abordando, nomeadamente a realização das "Jornadas da Ria", o êxito e o elevadíssimo nível que atingiram dada a grande participação que mereceu, destacando a presença do Secretário de Estado das Pescas que procedeu à inauguração do Centro de Investigação do I.N.P., informando, também, que surgiu a ideia da criação de um Gabinete da Ria que funcione como veio de ligação entre os vários Ministérios que têm jurisdição sobre a ria e os grandes problemas que existem na ria.

Aveiro
Julho
1983 . 9 .

No que se reporta ao planeamento urbanístico, referiu que se encontra em execução o Plano de Urbanização do Cojo, plano que não prevê a construção do tão discutido "Edifício Rumo", dada a sensibilidade da zona a urbanizar, pretendendo-se conseguir que do plano resulte no verdadeiro centro citadino e cívico que Aveiro merece. Deu, ainda, nota das preocupações da Câmara em criar um Gabinete, em colaboração com a Direcção-Geral do Planeamento, para apoiar a recuperação das zonas antigas da cidade, bem como deu conhecimento dos planos de iluminação dos monumentos da cidade, do Rossio e dos pontos fundamentais dos canais da ria e da variante.

Destacou, também, o projecto da transformação do terminal aéreo militar de S. Jacinto em aeródromo civil, cuja implementação passará pela Associação de Municípios, esperando-se que possa vir a ser integrado nos Fundos FEDER.

Concluindo a sua intervenção, o Presidente da Câmara deu nota de que a Câmara de Aveiro tem sido objecto de algumas pressões e bloqueios salientando que, apesar daquelas atitudes, a Câmara continuará a trabalhar o mais serenamente possível lamentando contudo que tais situações surjam bem como lamentou que alguns órgãos de comunicação social estejam a ser transformados em manifestações de lacaísmo, contra o que manifesta o seu protesto.

Referiu, por último, no que se refere ao ponto da situação financeira da Câmara, que se está a fazer um grande esforço no sentido de a reequilibrar, esperando-se que a breve trexo se encontre mesmo em situação de quase equilíbrio, ressaltando porém, que a situação de não equilíbrio resultou das immobilizações que se fizeram, nomeadamente na aquisição de diversas parcelas de terrenos.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Vogal Jaime Machado para, no seguimento da comunicação feita pelo Presidente da Câmara, retomar a questão inerente à existência de um cemitério privado no lugar de Taboeira e, face à ausência de qualquer resposta por parte da Junta de Freguesia de Esgueira sobre a problemática em destaque, lamentar o facto e reforçar o seu pedido de informação acerca das medidas que foram tomadas.

Concluindo a sua intervenção aquele Vogal manifestou a sua surpresa por ter depreendido da comunicação feita pelo Presidente da Câmara que a realização da Agrovouga não estava concretizada, adiantando que tal hipótese está fora de causa já que a sua realização vai ser uma realidade.

Reportando-se à proposta por si apresentada e aprovada na Assembleia em 29 de Julho de 1983, no sentido de que o executivo camarário con

siderasse o nome do Dr. Álvaro de Seíça Neves para uma das artérias da cidade, aquele Vogal solicitou esclarecimentos acerca das medidas tomadas pelo executivo quanto à execução da deliberação então tomada por esta Assembleia.

Seguidamente e para prestar esclarecimentos sobre a problemática inerente ao Cemitério de Taboeira, tomou a palavra o Vogal António Henriques Sancho informando que aquele cemitério pertence a uma Comissão Auxiliar do Progresso de Taboeira, embora não houvesse qualquer documento que certificasse a posse jurídica do mesmo. Assim esclareceu que a sua tutela e a responsabilidade perante a Repartição de Finanças estava a cargo do Senhor Manuel Marques fernades.

Mais informou que foram realizadas várias reuniões pela referida Comissão Auxiliar cujas actas foram remetidas à Assembleia de Freguesia de Esgueira que em reunião pública, na qual nunca se verificou a presença de qualquer cidadão de Taboeira interessado na resolução do problema, debateu o problema em análise. Do debate resultou que o cemitério de Taboeira passaria para a jurisdição da Junta de Freguesia de Esgueira, para o que se torna necessário promover o respectivo registo na Conservatória do Registo Predial de Aveiro, tendo o Presidente da Câmara colocado à disposição daquela Freguesia o apoio administrativo necessário para a resolução do problema.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal começou por referir que a comunicação feita pelo Presidente da Câmara poderá ser entendida em três partes distintas, ou seja, as considerações de nível concelhio, distrital e nacional, nomeadamente quanto às atitudes tomadas pela comunicação social, salientando que a RTP não tem qualquer preconceito contra a cidade de Aveiro.

Relativamente aos problemas surgidos na abertura das obras para a construção da artéria que ligará a Avenida Artur Ravara e a E.N. 109/7, entende que a Câmara deveria contratar um consultor jurídico por forma a que os assuntos mais melindrosos possam ser devidamente analisados.

Mais considerou que, quanto à possibilidade de ser criada uma postura que impossibilite a circulação dos camiões TIR pelas artérias da cidade, não serão aquelas as medidas mais correctas a tomar, salientando ser mais simpático e eficaz convidar, através da colocação de cartazes nos acessos mais utilizados, os motoristas a utilizar a futura via de ligação.

Em termos de recomendação, entende aquele Vogal que será de melhor política promover uma regulamentação sobre a atribuição de nomes a novas artérias da cidade, bem como reforçou a sugestão já apontada e que consiste

Ther...
Feb

na indicação do anterior nome de determinada rua que tenha sido alterado.

Reportando-se à temática da recuperação das zonas antigas da cidade, aquele Vogal abordou a recuperação do edifício da Misericórdia tecendo algumas críticas às perspectivas de que o edifício será pintado com uma cor que considera inadequada à praça onde se insere o edifício, críticas dirigidas à Câmara por constar ter sido imposta tal medida por aquele Órgão.

Concluindo a sua intervenção aquele Vogal teceu algumas considerações relativamente à ideia de se promover a realização de uma exposição permanente das potencialidades de Aveiro e seu distrito, salientando porém que tal realização carece de um estudo aprofundado, com estimativas orçamentais definidas e cujos encargos venham a ser suportados por todos os municípes que eventualmente venham a participar, bem como carece de instalações próprias e condignas.

Em resposta às críticas tecidas quanto à recuperação do edifício da Misericórdia, usou da palavra o Vogal Carlos Vicente Ferreira por entender que as referidas críticas não são justas porquanto as obras de recuperação que estão em curso têm um atraso só de vinte anos, e têm por finalidade a defesa de um património da cidade que se estava a degradar. Lamentou, ainda, que tais críticas tenham sido efectuadas fora do lugar próprio que seria nas Assembleias da Misericórdia, tendo o Vogal Carlos Candal salientando que as suas críticas não eram dirigidas à mesa da Misericórdia, bem pelo contrário, mas sim à Câmara por ter constado ter sido por si imposta a cor a aplicar na fachada do edifício aceitando, ainda, a crítica dirigida à sua falta de participação nas questões da Misericórdia de que é membro.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal António Alves para se reportar aos problemas surgidos no decurso da abertura da nova artéria de ligação à E.N. 109/7 e à publicação na imprensa de uma notícia segundo a qual um técnico da J.A.E. não entendia muito bem como tinha sido possível a Câmara fazer aquela implantação por incorrecta, perguntando se aquela notícia provocou qualquer alteração ao traçado programado. Mais perguntou se os terrenos do Cojo com destino à futura urbanização são todos propriedade da Câmara incluindo aquele que serviria para a implantação do "Edifício Rumo" que, segundo a nova versão da urbanização não será executado, tendo adiantado que, face à imediata informação prestada pelo Presidente da Câmara, teria o mesmo que ser adquirido ao seu anterior proprietário.

Pretendeu, ainda, esclarecimentos relativamente aos planos de iluminação que a Câmara pretende desenvolver, nomeadamente sobre a ilumina-

Handwritten signature and initials

ção do Parque Municipal bem como pretendeu saber o que está subjacente às reticências colocadas quanto à realização da Agrovouga.

Também no uso da palavra, o Vogal Lúcio de Jesus Lemos manifestou a sua congratulação por, finalmente, ter sido encontrada solução para as instalações próprias para a Junta de Freguesia da Vera-Cruz, pois que, enquanto membro da Assembleia da Freguesia da Glória, sempre lutou para que fossem atingidos aqueles objectivos. Em face da solução encontrada perguntou como se vai solucionar o problema da Freguesia da Glória.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados começando por informar que vão ser tomadas diligências no sentido de se encontrar solução para as instalações da Freguesia da Glória, nomeadamente no que se refere à aquisição de instalações próprias, que entende ser perfeitamente legítima a aspiração daquela autarquia.

Mais informou que, embora tivessem surgido diversos problemas aquando da execução da estrada de ligação à E.N. 109/7, o seu desbloqueamento foi facilmente conseguido após alguns contactos desenvolvidos a nível da JAPA e da JAE.

Salientou que decorre o concurso para a iluminação do parque Municipal, e que, no que se refere ao terreno situado no Cojo pertencente ao Sr. João Nunes da Rocha, a Câmara deverá invocar a cláusula de reversão por já ter sido ultrapassado o prazo concedido para a construção do Edifício-Rumo, acrescentando que não será processo difícil de desenvolver.

Reportando-se à problemática da Agrovouga e às reticências por si colocadas quanto à sua realização têm a ver com o facto de nada constar e, ainda, ao facto que se prende com a deliberação tomada pela Câmara no sentido de apoiar aquela Feira, sob condição de a mesma vir a ser institucionalizada, por entender ser extremamente necessário encontrar-se definido o Órgão sob quem entende a sua realização. Adiantou, porém, que a Câmara deseja que se realize a Agrovouga mas com as condições referidas.

Concluindo a sua intervenção informou que está entregue a uma comissão o estudo da situação inerente à problemática da toponímia estudo esse ^{que} passa, indubitavelmente, pela elaboração de um regulamento específico.

PONTO Nº. 2 - ELEIÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO INSTALADORA DA FREGUESIA DE SANTA JOANA: - Sobre a matéria em epígrafe tomou a palavra o Presidente para dar nota dos preceitos legais aplicáveis.

Para o processo da eleição foram indicados para escrutinadores os Vogais Helder Filipe e Ernesto Carlos Barros.

Assim, deu-se início à votação por escrutínio secreto, cujos resultados foram os seguintes - votos entrados na urna - trinta e quatro; votos nulos - zero; votos brancos - 0; Carlos Manuel Natividade da Costa Candal - quinze votos; Henrique Manuel Marques Domingos - dezanove votos.

Em face dos resultados, foi eleito como membro representativo da Assembleia na Comissão Instaladora da Freguesia de Santa Joana o Vogal Henrique Manuel Marques Domingos.

PONTO Nº. 3 - NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INSTALADORA DA FREGUESIA DE SANTA JOANA - Imediatamente a seguir o Presidente informou qual a composição da Comissão Instaladora da Freguesia de Santa Joana, a saber: Henrique Manuel Marques Domingos, Custódio das Neves Lopes Ramos, Henrique Tavares Martins, João Ferreira Peixinha, António Rodrigues de Pinho, Rui Lima Batista, Tude Manuel Portugal Ribeiro, Francisco Pereira Simões Ratola, Carlos da Silva Branco, José Augusto Pereira de Carvalho, na qualidade de representante, respectivamente da Assembleia Municipal de Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, Assembleias de Freguesia da Vera-Cruz, Glória, Esgueira e S. Bernardo e correspondentes Juntas de Freguesia bem como os seguintes cidadãos eleitores da nova Freguesia, Manuel Marques da Silva, António Ferrão do Casal, Domingos Cardoso de Oliveira Costa, António Dias Ferreira, Manuel Marques Simões, Armando da Costa Vidal, Gil Pereira Campos, José Leite, António Norberto da Silva Correia, Vitor Manuel da Silva Martins e Manuel Simões de Carvalho e Silva, indicados nos termos previstos no Artigo décimo da Lei número onze barra oitenta e dois, de dois de Junho, aplicável por força do disposto no Artigo terceiro da já citada Lei número sessenta e três barra oitenta e quatro.

Constituída a Comissão, a Assembleia Municipal, de acordo com o nº. 2 do Artigo 3º. da Lei nº. 63/84, de 31 de Dezembro, procedeu à sua nomeação formal.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 0.45 minutos do dia 24.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

Francisco Helder
Henrique Manuel Marques Domingos
Manuel Marques da Silva

